

# Ser Conservador

**Michael Oakeshott**

Gabinete  
de Estudos  
**Gonçalo**  
**Begonha**



Gabinete  
de Estudos  
**Gonçalo**  
**Begonha**

# **Ser Conservador**

—

**Michael Oakeshott**

Tradução do inglês para português por Rafael Borges

# Ser Conservador

Não partilho da crença geral de que é impossível (ou, se não impossível, pelo menos tão pouco promissor que não valeria a pena tentá-lo) deduzir princípios gerais explicativos do que se entende por “conduta conservadora”. Pode ser verdade que a conduta conservadora não encaixe facilmente na linguagem das ideias gerais e que, por conseguinte, tenha existido uma certa resistência a realizar esse tipo de análise; no entanto, não deve supor-se que a conduta conservadora seja menos idónea que qualquer outra para este tipo de interpretação por si só. Todavia, não é a isso que me proponho. O meu tema não é uma crença nem uma doutrina, mas uma forma de ser e estar. Ser conservador significa uma inclinação a pensar e a comportar-se de determinada forma; é preferir certas formas de conduta e certas condições das circunstâncias humanas a outras; é dispor-se a tomar determinadas decisões. O meu objectivo é interpretar esta atitude tal como ela se apresenta no seu carácter contemporâneo, em vez de a transpor para a língua dos princípios gerais.

Distinguir as características gerais desta atitude não é tarefa difícil, embora elas tenham sido constantemente confundidas. Elas resumem-se a uma propensão ao uso e gozo daquilo que se tem, em vez do desejo ou busca de outra coisa, a aprazer-se mais com o presente do que com o passado ou o futuro. A reflexão pode gerar uma gratidão adequada pelo disponível e, por isso, o reconhecimento de um presente ou herança do passado; mas não existe nenhuma idolatria simples pelo que já passou ou já se foi. É o presente que é apreciado, e não devido às suas relações com uma antiguidade remota nem porque se considere que seja preferível a qualquer outra alternativa possível, mas pela sua familiaridade: não, *Verweile doch, du bist so schön*, mas “Fica comigo porque me afeiçoei a ti”.

Se o presente for pouco atractivo e oferecer pouco ou nada que possa ser usado e desfrutado, então esta inclinação será frágil ou inexistente; se o presente for demasiado instável, ela mostrar-se-á na busca de uma base de apoio mais firme e, conseqüentemente, recorrerá e explorará o passado; mas impõe-se, caracteristicamente, quando há muito que possa ser usufruído, e será ainda mais forte quando combinada com um evidente risco de perda. Em suma, é a disposição apropriada para um homem nitidamente consciente de que tem algo a perder e que aprendeu a dar valor às coisas; um indivíduo que, sendo, de certa forma, rico em oportunidades de que pode desfrutar, não é suficientemente rico para que possa perdê-las sem que isso lhe cause incómodo. Apresentar-se-á, naturalmente, mais em pessoas velhas que em novas, não porque as velhas sejam mais sensíveis à perda, mas porque são mais conscientes dos recursos do seu mundo e, por conseguinte, tendem menos a achá-los inadequados. Em algumas pessoas esta disposição é fraca meramente por elas desconhcerem aquilo que o mundo tem para oferecer-lhes: para elas, o presente parece ser apenas uma circunstância de falta de oportunidades.

Assim, ser conservador é preferir o familiar ao desconhecido, preferir o tentado ao não tentado, o facto ao mistério, o real ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito, a felicidade presente à utópica. As relações e lealdades familiares serão preferíveis ao fascínio de vínculos mais proveitosos; comprar e expandir será menos importante que conservar, cultivar e desfrutar; a dor da perda será maior que a excitação da novidade ou da promessa. É ser igual ao nosso próprio destino, é viver ao nível dos meios, contentar-se com a necessidade de maior perfeição pessoal como com as circunstâncias que nos rodeiam. Para algumas pessoas, esta é em si mesma uma escolha; para outras, é uma disposição que aparece, frequentemente ou não, nas suas preferências e aversões, e não é em si mesma uma escolha ou algo cultivado especificamente.

Agora, tudo é representado por uma certa atitude relativamente à mudança e à inovação; significando “mudança” as alterações que temos de sofrer e “inovação” aquelas que podemos planejar e executar.

Mudanças são circunstâncias às quais temos de acomodar-nos, e a disposição para ser conservador é tanto o emblema da nossa dificuldade para o conseguirmos como o nosso recurso nas tentativas que para isso fazemos. As mudanças não exercem efeito só naqueles que não se dão conta de nada, que ignoram o que têm e são apáticos relativamente às circunstâncias; e podem apenas ser

indiscriminadamente aceites por aqueles que não estimam nada, cujos vínculos são efémeros e desconhecem o amor e o afecto. A disposição conservadora não provoca nenhuma destas condições: a inclinação para usufruir do que está presente e disponível é o oposto da ignorância e apatia e gera, por isso, união e afecto. Consequentemente, é avessa à mudança, que se apresenta sempre, em primeiro lugar, como uma depravação. É a tempestade que arrasa com uma mata e transforma a nossa paisagem favorita, a morte dos amigos, o adormecimento da amizade, o abandono dos hábitos de conduta, a reforma de um palhaço de que gostamos particularmente, o exílio involuntário, uma mudança de fortuna, a perda das habilidades desfrutadas e a sua substituição por outras – todas estas situações correspondem a modificações que, mesmo que apresentem contrapartidas, o homem de temperamento conservador inevitavelmente lamentará. Mas será difícil resignar-se não porque aquilo que perdeu seja intrinsecamente melhor que qualquer outra possível alternativa ou porque fosse impossível melhorá-lo, nem porque o que toma o seu lugar não possa ser aproveitado, mas apenas por ter perdido algo de que desfrutava verdadeiramente, de que tinha aprendido a desfrutar, e porque aquilo que o substitui é algo com que ainda não tem qualquer afinidade. Assim sendo, as mudanças pequenas e lentas serão, para ele, mais toleráveis que as grandes e repentinas, e valorizará consideravelmente toda a aparência de continuidade. Haverá algumas mudanças que, de facto, não apresentarão qualquer dificuldade; mas, novamente, não porque signifiquem progressos evidentes, mas simplesmente porque serão facilmente assimilados; as mudanças de estação [do ano] são toleradas devido à sua repetição e ao nosso crescimento, desde crianças, durante essa continuidade. E, no geral, ele [o conservador] vai-se preparando melhor para as mudanças que não defraudem as suas expectativas que para a destruição daquilo que não parece ter em si mesmo o fundamento da sua dissolução.

Para além disso, ser conservador não é apenas ser avesso à mudança (que pode resumir-se a ser uma idiossincrasia); é também a forma de nos adaptarmos às mudanças, algo que foi imposto a todos os homens. De facto, a mudança é uma ameaça à identidade, e toda a mudança significa extinção. No entanto, a identidade do homem (ou da comunidade) não é mais do que uma contínua repetição de contingências, cada uma à mercê das suas circunstâncias e cada uma importante em relação à sua familiaridade. Não é uma fortaleza para a qual possamos retirar-nos; a única forma que temos de defender a nossa identidade (ou seja, de nos defendermos a nós mesmos) contra as forças adversas da mudança encontra-se no conhecimento da nossa experiência; apoiando-nos naquilo que mostre maior

firmeza, aderindo àqueles costumes que não estejam imediatamente ameaçados e assimilando assim o novo sem nos tornarmos irreconhecíveis para nós mesmos. Quando os Masai foram transferidos da sua pátria original para a actual reserva Masaid no Quênia, levaram com eles os nomes das suas colinas, planícies e rios e deram-nos às colinas, planícies e rios do seu novo país. É por algum subterfúgio do conservadorismo que todas as pessoas ou povos forçados a sofrer uma mudança notável evitam a desonra da extinção.

As mudanças são, pois, sempre um motivo de sofrimento, e uma pessoa de temperamento conservador (ou seja, firmemente decidida a preservar a sua identidade) não pode ser indiferente a elas. No geral, ele julga-as de acordo com o transtorno que causam e, como qualquer pessoa, usa os seus recursos para lhes fazer frente. A ideia de inovação, por outro lado, significa progresso. Porém, uma pessoa de tal temperamento não é propriamente um ardente inovador. Em primeiro lugar, não tende a pensar que nada pode ocorrer a não ser que haja grandes mudanças em vias de realizar-se e, conseqüentemente, não o preocupa a ausência de inovação: ele concentra grande parte da sua atenção no uso e aproveitamento das coisas tal como elas são. Para além disso, ele está consciente de que nem toda a inovação constitui verdadeiramente um avanço (e, por isso, significa progresso), e pensa que inovar sem antes melhorar é uma loucura, seja ela premeditada ou accidental. Ainda mais, mesmo quando a inovação representar um progresso convincente, ele analisará duas vezes os argumentos que a justificarem antes de a aceitar. Do seu ponto de vista, dado que todo o avanço implica mudança, é sempre necessário contrapor o corte que a mudança implica ao seu benefício previsto. Mas, mesmo quando tiver satisfeito as suas dúvidas sobre este ponto, haverá sempre outras considerações a ter em conta. A inovação é sempre um desígnio passível de constituir um equívoco, em que ganhos e perdas (mesmo excluindo a perda de familiaridade) estão tão estreitamente relacionados que é extremamente difícil prever o resultado final: nenhum progresso é absoluto. De facto, a inovação é uma actividade que gera não apenas o “melhoramento” procurado, mas também uma situação totalmente nova de que esse “melhoramento” é apenas uma parte. A mudança total é sempre maior que as alterações inicialmente planeadas, e é impossível prever ou limitar tudo o que dela virá. Assim, sempre que há uma inovação, há também a certeza de que a mudança será maior do que o planeado, haverá tantos ganhos como perdas, e estas não serão igualmente distribuídas pelos indivíduos afectados. Existe a possibilidade de que os benefícios que se obtiverem sejam maiores que os previstos, mas existe também o risco de estes serem contrabalançados por mudanças para pior.

De tudo isto, extrai a pessoa de temperamento conservador algumas conclusões apropriadas. **Em primeiro lugar, que a inovação implica uma perda certa e um ganho possível.** Por conseguinte, cabe ao hipotético reformador provar ou demonstrar que pode esperar-se que a mudança seja, em última instância, benéfica. Em segundo lugar, ele acredita que quanto mais a inovação se assemelhar a crescimento (isto é, tanto mais quanto ela for intimamente compreendida, e não for uma mera imposição conjuntural), menos possibilidades haverá de que no resultado predominem as perdas. Em terceiro lugar, pensa que uma inovação que é uma reacção a um defeito específico, ou seja, que é projectada para compensar algum desequilíbrio concreto, é mais conveniente que a que surge de uma noção de melhoramento geral das circunstâncias humanas, e muito mais conveniente que outra gerada por uma qualquer ideia de perfeição. Consequentemente, ele prefere as inovações pequenas e limitadas às grandes e indefinidas. Em quarto lugar, ele prefere o passo lento ao rápido, e pára para observar as consequências actuais e fazer os ajustamentos necessários. E, em último lugar, ele acredita na importância da ocasião; e, sendo o restante igual, ele considera que a ocasião mais favorável para a inovação é quando a mudança projectada tem maiores probabilidades de se limitar àquilo que se propõe, e menores probabilidades de ser corrompida por consequências indesejadas e incontrolláveis.

A atitude conservadora é, então, quente e positiva no que toca ao gozo das coisas e correspondentemente fria e crítica relativamente à mudança e à inovação: estas duas inclinações apoiam-se e explicam-se mutuamente. O indivíduo de temperamento conservador pensa que não deve abandonar um bem conhecido por outro desconhecido. Não gosta do perigoso e difícil; não é aventureiro; não o atrai navegar por mares desconhecidos; para ele não há qualquer prazer em encontrar-se perdido, aturdido ou naufragado. Se forçado a navegar rumo ao desconhecido, ele acharia conveniente confirmar a rota a cada instante. O que os outros vêem como timidez, ele qualifica como prudência racional; o que os outros interpretam como sendo inactividade, para ele constitui uma inclinação para desfrutar em vez de explorar. É uma pessoa cautelosa e tende a indicar a sua aprovação ou desaprovação não de forma categórica, mas prudente. Contempla a situação considerando a sua propensão para ameaçar a familiaridade das características do seu mundo.

Pensa-se comumente que esta atitude conservadora está profundamente enraizada naquilo a que se chama “natureza humana”. A mudança é cansativa, a inovação exige esforço, e os seres humanos (ou pelo menos, assim se diz), são mais aptos para serem ociosos que para serem activos. Se encontrarem uma forma

suficientemente satisfatória de viver a sua vida, não estarão dispostos a procurar problemas. São, por natureza, apreensivos relativamente ao desconhecido e preferem a segurança ao perigo. São inovadores reticentes e aceitam a mudança não por gostarem dela, mas (como Rochefoucauld disse que aceitam a morte), por não poderem evitá-la. A mudança gera mais tristeza que alegria: o paraíso corresponde ao sonho de um mundo tão perfeito como imutável. Logicamente, quem interpreta a natureza humana desta forma está de acordo quando diz que esta atitude não é única: sustenta, simplesmente, que é extremamente forte, talvez a mais forte de todas as propensões do Homem. E, nessa medida, há algo que deve ser dito a favor desta crença: as circunstâncias humanas seriam, seguramente, muito diferentes do que são se não houvesse um grande ingrediente de conservadorismo nas preferências humanas. Diz-se que os povos primitivos aderem ao que lhes é familiar e se opõem à mudança; a mitologia antiga está cheia de avisos quanto à inovação; no nosso folclore e na sabedoria popular sobre a conduta da vida abundam os preceitos conservadores; e quantas lágrimas não são vertidas pelas crianças durante a sua involuntária acomodação à mudança. Com efeito, sempre que uma identidade firme é alcançada, ou sempre que a situação dessa identidade é precária, é a disposição conservadora que triunfa. Por outro lado, a atitude adolescente é, amiúde, predominantemente temerária e experimental; quando somos jovens, não há nada que nos pareça mais atractivo que correr riscos: *pas de risque, pas de plaisir*. E, enquanto alguns povos parecem ter evitado com êxito a mudança durante muito tempo, a história de outros mostra períodos de intensa e intrépida inovação. Não é muito, de facto, o benefício que podemos retirar da especulação geral relativamente à “natureza humana” que seja mais confiável que aquilo que já conhecemos. Faz sentido, isso sim, considerar a natureza humana actual, nos considerarmos a nós mesmos.

Parece-me que, em nós, a atitude conservadora está longe de ser particularmente forte. Efectivamente, se um estranho sem preconceitos avaliasse a nossa conduta durante os últimos 5 séculos, poderia, facilmente, supor que adoramos a mudança, que apenas a inovação nos atrai e que temos tão pouco interesse em nós mesmos e nos aflige tão pouco a nossa identidade, que não lhe concedemos qualquer importância. No geral, o fascínio por aquilo que é novo sente-se mais que a comodidade do familiar. Tendemos a pensar que não acontece nada de importante a não ser que se produzam grandes inovações, e que aquilo que não melhora só pode estar a deteriorar-se. Há um preconceito positivo que favorece o que ainda não foi experimentado. Presumimos quase de imediato que toda a mudança é, de algum modo, para melhor, e convencemo-nos facilmente de que todas as

consequências da nossa actividade inovadora significam progresso ou, pelo menos, de que constitui um preço razoável a pagar para alcançar aquilo que desejamos. Enquanto que um conservador, se forçado a jogar, apostaria naquilo que é terreno e palpável, nós tendemos a apostar nas nossas fantasias individuais sem cálculo de maior e com nenhuma apreensão pela perda. Somos aquisitivos até ao ponto da avareza, dispostos a deixar cair o osso que possuímos pelo seu reflexo ampliado no espelho do futuro. Num mundo em que tudo sofre um avanço contínuo, não há nada que resista ao seu provável melhoramento: a expectativa de vida de tudo, menos os próprios seres humanos, diminui. As penas são efémeras, as lealdades evanescentes, e o ritmo da mudança impede-nos de assumir vínculos demasiado profundos. Desejamos experimentar qualquer coisa por uma vez, independentemente das consequências. Uma actividade compete com outra pelo estatuto de “actual”. Os carros e televisões fora de moda têm como equivalente as crenças religiosas e morais descartadas: é sempre o último modelo que nos prende a atenção. Ver é imaginar o que poderia ser em lugar do que é; tocar é transformar. Qualquer que seja a forma ou qualidade do mundo, não se mantém durante muito tempo como o queremos. E os que estão na vanguarda da mudança contagiam com a sua energia e actividade os que estão atrás. *Omnes eodem cogemur*: quando deixamos de ter pernas ágeis, há um lugar para nós na banda.

O nosso carácter inclui, logicamente, outros ingredientes para além deste desejo de mudança (também temos o impulso de apreciar e preservar), mas poucas dúvidas pode haver quanto à proeminência daquele. E, nestas circunstâncias, é conveniente que surja uma atitude conservadora, não como uma alternativa inteligível (ou, inclusivamente, verosímil) ao nosso hábito mental “progressista”, mas sim como um obstáculo à mudança em vias de realizar-se, ou como o guardião do museu onde se preservam exemplos peculiares dos feitos de outrora para que as crianças os admirem, ou ainda como o curador daquilo que, ocasionalmente, se considera ainda não estar apto para a destruição de isso a que chamamos (com alguma ironia) as coisas boas da vida.

A nossa análise da disposição para se ser conservador e do seu estado actual poderia acabar aqui, com o homem em que esta atitude é tão forte que parece nadar contra a corrente; posto de lado não porque o que diz seja necessariamente falso, mas sim porque se tornou irrelevante; superado não por um qualquer demérito intrínseco, mas meramente devido às circunstâncias; um indivíduo tímido, fraco, murcho e nostálgico, que provoca piedade como pária, e desprezo enquanto reaccionário. Em todo o caso, parece-me que há algo mais a ser dito. Mesmo em circunstâncias como estas, em que uma atitude conservadora

respectivamente às coisas não é, no geral, apreciada justamente, há ocasiões em que tal atitude continua a não ser apenas conveniente, mas extremamente conveniente; como há casos em que nos inclinamos inevitavelmente para o lado do conservadorismo.

Em primeiro lugar, há um certo tipo de actividade (ainda existente) que pode realizar-se apenas em virtude de uma atitude conservadora, especialmente as actividades em que o objectivo é o usufruto presente e não um benefício, uma recompensa, um prémio ou um resultado para além da experiência em si. E quando se reconhecem estas actividades como sendo símbolos de uma disposição, ser-se conservador é visto não como uma hostilidade preconceituosa relativamente a uma atitude “progressista” capaz de incluir a conduta humana em todas as suas vertentes, mas como uma atitude apropriada, unicamente, num amplo e importante campo da actividade humana. A pessoa em que predomina essa tendência é considerada como alguém que prefere participar em actividades em que ser conservador é algo extraordinariamente adequado, e não como uma pessoa inclinada a impor o seu conservadorismo de forma indiscriminada a toda a actividade humana. Em suma, se nos sentimos inclinados (algo que, aliás, sucede com a maioria de nós) a rejeitar o conservadorismo enquanto disposição adequada a toda a conduta humana em geral, há ainda um certo tipo de conduta humana para a qual esta atitude não é apenas apropriada, mas também uma condição necessária.

Há, naturalmente, numerosas relações humanas em que uma atitude conservadora, uma inclinação a desfrutar simplesmente do que se oferece única e exclusivamente para seu próprio benefício, é particularmente inapropriada; por exemplo, as relações entre patrão e empregado, proprietário e administrador, comprador e vendedor, gerente e agente. Nestas relações, cada participante procura um serviço ou uma recompensa em troca de um serviço. Um cliente que se dá conta de que o dono da loja é incapaz de satisfazer as suas necessidades, persuade-o a aumentar o seu stock, sendo que a alternativa é ir-se embora e fazer as suas compras noutra sítio; um vendedor incapaz de satisfazer os desejos de um cliente tenta criar-lhe outros apetites que possa saciar; um trabalhador mal recompensado pelos seus serviços pede um aumento; e outro que não está satisfeito com as condições de trabalho pede uma mudança no sentido de as melhorar. Resumidamente, estas são relações em que se persegue um resultado; a cada uma das partes interessa que a outra seja capaz de o gerar. Se não se alcança o que se almeja, resta esperar que a relação se suspenda ou termine. Ter uma atitude conservadora em tais relações, desfrutar do presente e disponível sem considerar se satisfaz uma necessidade ou,

simplesmente, porque nos agrada ou se tornou familiar, é uma conduta que releva um conservadorismo *jusqu'au buiste*, uma inclinação irracional para recusar todas as relações que exijam o exercício de qualquer outra postura. Todavia, até nestas relações parece faltar algo apropriado quando se limitam a uma relação de oferta e procura, e não permitem que se dê espaço à aparição das lealdades e vínculos que surgem da familiaridade.

Em todo o caso, existem relações de outro tipo, nas quais não se busca nenhum benefício, que se realizam voluntariamente e se desfrutam pelo que são e não pelo que proporcionam. É o que sucede com a amizade. Aqui, o vínculo surge de uma relação de familiaridade e subsiste numa partilha mútua de personalidades. Ir mudando de talhante até que se encontre um que venda a carne como gostamos, educar o nosso agente para que faça aquilo que dele se exige, constitui uma conduta que não parece inapropriada para a relação em causa; mas abandonar amigos porque não se comportam como esperamos que o façam ou porque se recusam a agir de acordo com as nossas exigências, constitui a postura de alguém que ainda não compreendeu correctamente o carácter da amizade. Aos amigos, não lhes interessa o que podem obter uns dos outros, mas apenas a forma como passam tempo juntos; e a condição para o passar bem é uma fácil aceitação do existente e a ausência de todo o desejo de mudança ou melhoramento. Um amigo não é uma pessoa que se comporte de determinada maneira, alguém que satisfaça certas necessidades, que tenha certas habilidades úteis, que possua certas qualidades agradáveis ou detenha certas opiniões aceitáveis; ele é alguém que activa a imaginação, que excita a contemplação, que provoca interesse, simpatia, contentamento e lealdade, simplesmente devido à relação estabelecida. Um amigo não pode substituir outro; há uma grande diferença entre a morte de um amigo e o momento em que se reforma o alfaiate de alguém. A relação entre amigos é sentimental, não utilitária; o vínculo é de familiaridade, não de utilidade; a atitude implícita é conservadora, não “progressista”. E o que é fundamentalmente verdade na amizade não é menos verdade em outras experiências – o patriotismo, por exemplo, ou a simples conversa -, cada uma das quais exige uma atitude conservadora como uma precondição para o seu gozo.

Mas há ainda outras actividades que não implicam relações humanas e que podem realizar-se não pelo proveito [a posteriori] mas pelo prazer que causam, e para as quais a única postura apropriada é a conservadora. Este é, por exemplo, o caso da pesca. Se o nosso objectivo consistir simplesmente em capturar peixes, parece absurdo ser-se indevidamente conservador. Procuraremos o melhor equipamento, poremos de parte as práticas que se mostrarem menos eficientes; não nos

deixaremos limitar por laços afectivos inúteis a determinadas localidades; a misericórdia será efémera, as lealdades passageiras, e poderá até ser inteligente experimentar todas as alternativas na esperança de melhoramento. Mas a pesca é uma actividade que pode praticar-se, somente, em virtude de si mesma, e não dos benefícios do seu produto, e o pescador pode voltar a casa igualmente contente apesar de não ter tido qualquer êxito. Quando isto ocorre, a actividade passa a constituir um ritual em que a atitude conservadora mostra ser apropriada. Porquê, então, preocupar-nos com o equipamento, se não nos preocupa se pescamos ou não? O que importa é o prazer que se tem a fazê-lo (ou, talvez, simplesmente a passar o tempo), e isto pode conseguir-se com qualquer equipamento, na medida em que este seja familiar e não grotescamente inapropriado.

Consequentemente, todas as actividades em que o que se procura é o agrado resultado não do sucesso do intento, mas da familiaridade desta, constituem símbolos da postura conservadora. E há muitas actividades deste tipo. Fox incluía nesse grupo o jogo, quando dizia que ele produz dois grandes prazeres, o prazer de ganhar e o prazer de perder. De facto, consigo pensar apenas numa actividade deste tipo que parece requerer uma atitude não conservadora: o gosto pela moda, ou seja, o injustificável gosto pela mudança voluntária, independentemente do resultado.

Mas fora do não pouco importante grupo de actividades em que podemos participar apenas em virtude de uma atitude conservadora, há outras ocasiões em que esta parece ser a disposição mais apropriada; com efeito, há algumas actividades que, num ponto ou outro do seu desenvolvimento, não a requerem. A postura conservadora é mais apropriada que qualquer outra sempre que a estabilidade for mais proveitosa que a mudança, a segurança mais valiosa que a especulação, a familiaridade mais conveniente que a perfeição, o erro unanimemente aceite preferido a uma verdade controversa, a doença mais tolerável que o remédio, a satisfação das expectativas mais importantes que a justiça das mesmas, quando qualquer regra é melhor que o risco de não ter nenhuma. E em qualquer interpretação da conduta humana, estes casos incluem um universo nada pequeno de circunstâncias. Quem vê na pessoa de disposição conservadora (inclusivamente naquilo a que se chama vulgarmente de “sociedade progressista”) um indivíduo solitário que nada contra a esmagadora corrente das circunstâncias só pode ter ajustado os seus binóculos de modo a ignorar um largo campo da acção humana.

Na maioria das actividades que perseguem um benefício, surge uma diferença, num certo nível de observação, entre o projecto pretendido e os meios utilizados, entre a empresa e as ferramentas que intervêm na sua realização. Esta não é, claro, uma distinção absoluta: os projectos são, frequentemente, idealizados e dirigidos com base nas ferramentas disponíveis, sendo raro que sejam as ferramentas a ser desenhadas de modo a possibilitar a consecução de um determinado projecto. E o que numa ocasião é um projecto, noutra é uma ferramenta. Para além disso, existe, pelo menos, uma excepção importante a isto: a actividade do poeta. Em todo o caso, é uma distinção relativa de alguma utilidade, e isso porque dirige a nossa atenção a uma diferença apropriada relativamente aos dois componentes da situação.

Em geral, podemos dizer que a nossa atitude relativamente às ferramentas é – curiosamente – mais conservadora que a nossa atitude relativamente aos projectos; ou, em outras palavras, as ferramentas estão menos sujeitas à inovação que os projectos porque, a não ser em raras ocasiões, estas não são desenhadas para um determinado projecto para depois serem deixadas de lado, mas desenhadas para serem usadas em toda uma série de projectos. E isto é compreensível porque a maioria das ferramentas requiere habilidade para o seu uso, o que é inseparável da prática e conhecimento delas. Uma pessoa capacitada, seja um marinheiro, um cozinheiro ou um contabilista, é uma pessoa familiarizada com certas ferramentas. Com efeito, um carpinteiro é, geralmente, mais hábil quando usa os seus próprios utensílios que quando usa outras diferentes das que são normalmente usadas por carpinteiros, e o notário pode usar a sua própria cópia (com apontamentos) de Pollock sobre “Sociedades” ou de Jarman sobre “Testamentos”, mais facilmente que qualquer outra. Estar familiarizado com as ferramentas é essencial para o seu uso, e, nada medida em que o homem é um animal que usa ferramentas, tende a ser conservador.

Muitas das ferramentas actualmente em uso mantiveram-se sem inovações durante gerações; pelo contrário, o desenho de outras experimentou consideráveis modificações, e o nosso inventário de ferramentas está sempre a crescer e a melhorar com novos desenhos e invenções. As cozinhas, fábricas, talheres, construções e oficinas evidenciam uma mistura característica de equipamentos antigos com outros recém-criados. Porém, seja como for, quando se efectua qualquer tipo de transacção ou se executa um determinado projecto – seja fazer uma tarte ou pôr ferraduras a um cavalo, pedir um empréstimo, licitar uma empresa, vender peixe ou seguros a um cliente, construir um barco ou fabricar uma peça de roupa, semear trigo ou apanhar batatas, deixar o porto ou construir

uma barragem -, reconhecemos que se trata de uma ocasião particularmente apropriada para ser conservador relativamente às ferramentas que utilizamos. Se se tratar de um grande projecto, entregá-lo-emos a alguém que conte com os conhecimentos para executá-lo, esperando-se que conte com subordinados conhecedores do seu trabalho e treinados no uso de um determinado número de utensílios. Em algum ponto desta hierarquia de utilizadores [de ferramentas], pode sugerir-se que para se fazer um determinado trabalho seria necessário aumentar ou modificar os utensílios disponíveis. Tal sugestão pode vir de alguma parte intermédia da hierarquia e não imaginamos que um designer diga: “Tenho de sair para fazer uma investigação fundamental que me levará 5 anos a concluir antes de poder continuar com o meu trabalho” (a sua mala de ferramentas é um conjunto de conhecimentos, e esperamos que a tenha à mão e que saiba o que fazer com ela); como também não imaginamos que o homem na base da pirâmide tenha competências inadequadas para as necessidades da sua tarefa específica. Mas, mesmo que uma sugestão desse tipo seja feita e aceite, não porá em causa a conveniência de uma atitude conservadora relativamente ao conjunto de ferramentas em utilização. De facto, é evidente que não se poderia realizar qualquer trabalho ou negócio se, no momento em que isto ocorresse, a nossa atitude relativamente às ferramentas em causa não fosse, pelo menos no geral, conservadora. E tendo em conta que dedicamos uma parte significativa do nosso tempo a fazer negócios de um ou de outro tipo, e que pouco é o que se pode fazer sem certo tipo de ferramentas, a atitude conservadora ocupa, inevitavelmente, uma parte inegavelmente importante do nosso carácter.

Quando um carpinteiro sai para fazer um trabalho, talvez um que nunca tenha feito antes, leva consigo, na sua mala de ferramentas, os utensílios que conhece, e a única possibilidade que tem de fazer o seu trabalho com êxito reside na sua capacidade de usar aquilo que tem à sua disposição. Quando um canalizador escolhe as suas ferramentas, demoraria muito mais tempo se tivesse a intenção de inventar outras novas ou de melhorar as antigas. Ninguém põe em causa o valor do dinheiro na loja. Nenhum negócio se faria se, antes de se pesar um quilo de queijo ou servir meio litro de cerveja, se discutisse sobre a utilidade de determinadas escalas de peso e medida relativamente a outras. O cirurgião não pára durante uma operação para redesenhar os seus instrumentos. O MCC não autoriza uma nova largura para o bastão, um novo peso para a bola ou um novo comprimento para as varetas durante um *Test Match* ou de uma sessão de críquete. Quando a nossa casa está a arder não chamamos uma oficina de investigação para a prevenção de incêndios para que se desenhe um novo aparelho de prevenção ou combate a

incêndios; como disse Disraeli, a menos que sejamos lunáticos, chamamos os bombeiros. Um músico pode improvisar música, mas sentir-se-ia muito mal se, ao mesmo tempo, se lhe pedisse que improvisasse um instrumento. Com efeito, quando um trabalho é particularmente difícil, é provável que o trabalhador prefira usar uma ferramenta que já lhe é familiar que outra à sua disposição que, apesar de ser mais moderna, ainda não domina. Não há dúvida de que há um tempo e um lugar para se ser radical relativamente a estas coisas, para promover a inovação e levar a cabo melhoramentos nas ferramentas que utilizamos, mas as ocasiões indicadas são claramente adequadas para o exercício de uma atitude conservadora.

Agora, o que é verdade relativamente às ferramentas em geral, ao contrário do que sucede com os projectos, é ainda mais verdade para um certo tipo de ferramentas actualmente em uso, especialmente, as regras gerais de conduta. Se a familiaridade que surge da relativa imunidade à mudança é adequada para martelos e pinças, bastões e bolas, é supremamente apropriada, por exemplo, para uma rotina de oficina. Não há dúvida de que os hábitos são susceptíveis de melhoramento, mas quanto mais familiares são, mais úteis se tornam. É absurdo não ter uma atitude conservadora relativamente a determinada rotina. Claro que pode haver excepções, mas não há dúvida de que é mais conveniente ter uma inclinação conservadora, e não reformista, relativamente a certas rotinas. Consideremos a condução de uma assembleia pública, as regras de debate na Câmara dos Comuns ou o procedimento de um julgamento. A principal virtude dessas disposições é que são fixas e familiares; estabelecem e satisfazem expectativas, permitem que se diga, numa determinada ordem, o que quer se seja relevante, evitam conflitos estranhos e conservam a energia humana. São típicas ferramentas-instrumentos que podem ser utilizadas em toda uma variedade de trabalhos diferentes, mas parecidos. São o produto da reflexão; não há nada de sacrossanto nelas, são susceptíveis de mudança e melhoramento; mas se a nossa atitude relativamente a elas não fosse, falando em termos gerais, conservadora, se estivéssemos dispostos a discuti-las e a mudá-las a cada oportunidade, estas perderiam rapidamente o seu valor. E se é verdade que há raras ocasiões em que a opção mais inteligente é suspendê-las, parece ser essencialmente conveniente nem as mudar nem as melhorar enquanto estão a ser utilizadas. E, novamente, consideraremos as regras de um jogo. Estas são também o produto da reflexão e da escolha, e há ocasiões em que é conveniente reconsiderá-las à luz da experiência presente; mas torna-se inadequado ter uma atitude que não seja a conservadora relativamente a elas ou, como alternativa, fundi-las a todas ao mesmo tempo; como também é

inconveniente mudá-las ou melhorá-las durante a agitação e confusão do jogo. Efectivamente, quanto mais ansioso estiver cada participante por ganhar, mais valioso será um conjunto inflexível de regras. Durante o jogo, os jogadores podem pensar em novas tácticas, podem improvisar novos métodos de ataque e defesa, podem fazer o que quiserem para surpreenderem os seus adversários, excepto inventar novas regras. Esta é uma actividade que deve realizar-se com moderação e fora da temporada.

Muitas outras coisas poderiam ser ditas quanto à pertinência de uma atitude conservadora e quanto à sua conveniência, inclusivamente num carácter como o nosso, bastante inclinado para o lado oposto. Não falei de moral nem de religião. Mas talvez tenha dito o suficiente para demonstrar que – inclusivamente se uma postura permanentemente conservadora, em todas as oportunidades e relativamente a todas as coisas é algo tão distante dos nossos hábitos presentes que chega a ser praticamente incompreensível – são poucas, em todo o caso, as nossas actividades que, num momento ou noutro, não se associam a uma postura conservadora. Em certos casos, reconhecem-na como a sua sócia mais antiga. Noutras, a atitude conservadora é a mais importante.

Como, então, se pode interpretar a disposição conservadora na política? Quando faço esta pergunta, não me interessa apenas a inteligibilidade da atitude num qualquer conjunto de circunstâncias, mas também a sua inteligibilidade em outras circunstâncias contemporâneas.

Os escritores que analisaram este problema dirigem, normalmente, a nossa atenção para crenças sobre o mundo em geral, acerca dos seres humanos em geral, acerca das associações em geral e, inclusivamente, sobre o universo; dizendo-nos que uma postura conservadora em política pode ser correctamente interpretada se a considerarmos como um mero reflexo de certas crenças deste tipo. Diz-se, por exemplo, que o conservadorismo em política é um complemento adequado a uma atitude geralmente conservadora relativamente à conduta humana: ser reformista nos negócios, na moral ou na religião, e ser conservador em política é visto como uma incoerência. Diz-se que o conservador em política o é porque tem certas crenças religiosas; uma crença, por exemplo, na lei natural obtida da experiência humana, e numa ordem providencial que é o reflexo de um objectivo divino na natureza e na história da humanidade, ao qual esta deve adaptar a sua conduta e cujo afastamento significa injustiça e calamidade. Para além disso, diz-se que uma atitude conservadora em política é o reflexo daquilo a que se pode chamar uma teoria “orgânica” da sociedade humana; que essa atitude está associada a uma

crença no valor absoluto da personalidade humana e a uma crença na propensão primordial dos seres humanos para o pecado. E até que o “conservadorismo” de um inglês esteve sempre associado com a monarquia e com o anglicanismo.

Pois bem, deixando de lado as observações secundárias que podemos fazer relativamente a esta interpretação da situação, parece-me que ela sofre de um grande defeito. É verdade que muitas destas crenças foram assumidas por pessoas de tendência conservadora na actividade política, e pode ser certo que estas pessoas também tenham acreditado que a sua crença é, de alguma forma, confirmada por elas ou que se baseia nelas; porém, se não estou em erro, uma atitude conservadora em política não pressupõe que devamos acreditar na verdade destas crenças, e nem sequer que devamos supor que elas sejam verdadeiras. De facto, não me parece que o conservadorismo esteja necessariamente relacionado com alguma crença particular acerca do universo, do mundo ou da conduta humana em geral. Prende-se, isso sim, com crenças sobre a actividade de governar e os instrumentos do governo, e é em crenças nestes tópicos, e não em outros, que pode ser compreendido. E, para demonstrar brevemente o meu ponto de vista diria, antes de o desenvolver, que o que faz com que uma atitude conservadora em política seja inteligível não é nem a Lei natural nem uma ordem providencial; não tem nada nada a ver com a moral ou com a religião; é a observação da nossa actual forma de vida combinada com a crença (que, no nosso ponto de vista, não deve considerar-se mais que uma hipótese) segundo a qual o facto de governar é uma actividade limitada e específica, ou seja, que consiste no fornecimento e protecção de regras gerais de conduta, que devem ser entendidas não como planos para impor actividades substantivas, mas como instrumentos que permitam às pessoas que persigam as actividades que preferirem com um uma frustração tão pequena quanto possível. Por conseguinte, é algo sobre o qual é conveniente ser-se conservador.

Comecemos pelo que julgo ser o ponto de partida adequado; não com o paraíso, mas connosco mesmos e com aquilo em que nos tornámos. Tanto eu como os meus vizinhos, os meus associados, os meus compatriotas, os meus amigos, os meus inimigos e aqueles que me são indiferentes, todos somos pessoas que participam numa grande variedade de tarefas. Podemos ter opiniões diferentes sobre qualquer matéria concebível e mudá-las quando nos cansamos delas ou quando elas se tornam inúteis. Cada um de nós segue o seu próprio caminho, e não há nenhum projecto tão estranho que não se consiga encontrar alguém que o realize, nem nenhum empreendimento tão insensato que ninguém o execute. Há quem passe a sua vida a tentar vender cópias do catecismo anglicano a judeus. E metade

do mundo tenta fazer com que a outra metade deseje aquilo que, até determinado momento, nunca tinha desejado. Todos temos uma tendência para ser apaixonados pelos nossos próprios interesses, seja fazendo coisas ou vendendo-as, seja nos negócios ou no desporto, na religião ou no ensino, poesia, bebidas ou drogas. Cada um de nós tem preferências individuais. Para alguns, as oportunidades de fazerem escolhas (que são numerosas) são convites que se aceitam com facilidade; outros recebem-nos com menos ilusão e, inclusivamente, acham-nos onerosos. Alguns sonham com novos e melhores mundos: outros preferem caminhos conhecidos ou até a inércia. Alguns lamentam a rapidez da mudança, outros apreciam-na; mas todos a reconhecem. Por vezes, cansamo-nos e adormecemos; é um alívio olhar para a vitrina de uma loja e não encontrar nada que ambicionemos; agradecemos a fealdade simplesmente porque repele a atenção. Mas, na maioria dos casos, ansiamos a felicidade através da busca da satisfação dos desejos que surgem inescrutavelmente. Participamos em relações de interesse e de emoção, de competência, sociedade, protecção, amor, amizade, inveja e ódio, algumas das quais são mais duráveis que outras. Fazemos acordos, construímos expectativas acerca da conduta dos outros; aprovamos, somos indiferentes e desaprovamos. Esta multiplicidade de actividades e esta variedade de opiniões podem produzir conflitos: percorremos caminhos que se entrecruzam, e nem todos aprovamos o mesmo tipo de conduta. Mas, em geral, vivemos juntos, por vezes cedendo, por vezes sem ceder e, em outros casos, chegando a compromissos. A nossa conduta consiste, em parte, de uma actividade assimilada à de outras pessoas em pequenos e, geralmente, insignificantes e moderados ajustes.

A razão pela qual isto é assim, não interessa. Não é necessariamente assim. Podemos, facilmente, imaginar circunstâncias humanas diferentes, e sabemos que em outro tempo e outro lugar a actividade humana é, ou foi, muito menos variada e mutável, e a opinião muito menos diversa e muito menos propensa a criar conflitos; mas, de forma geral, reconhecemos que é esta a nossa condição. Trata-se de uma condição adquirida, apesar de ninguém a ter programado ou preferido a outras. É o produto não da “natureza humana” descontrolada, mas de seres humanos impelidos por um amor adquirido de fazer escolhas para si mesmos. E sabemos tão pouco acerca de para onde nos conduz como sabemos acerca da moda dos chapéus ou acerca do *design* dos carros que existirá daqui a 20 anos.

Se observarmos com atenção, veremos que algumas pessoas se irritam com a ausência de ordem e coerência, que vêem como características dominantes do nosso meio; o desperdício, a frustração, a dispersão de energia humana, a falta não apenas de um objectivo premeditado mas, também, de uma direcção discernível do

movimento. Para elas, o nosso mundo produz um entusiasmo semelhante ao das corridas de automóveis, mas não tem nenhuma da satisfação de um empreendimento bem conduzido. Estas pessoas tendem a exagerar a desordem existente; a ausência de um plano é tão notória que os pequenos ajustes e, até as medidas maciças, que limitam o caos parecem ser insignificantes; não sentem atracção pela desordem, limitam-se a ver nela algo de inconveniente. Mas o que importa é não a limitação dos seus poderes de observação, mas a mudança nos seus pensamentos. Crêem que deveria fazer-se algo para converter o chamado “caos” em ordem porque o caos não é uma forma adequada de os seres humanos passarem as suas vidas. Da mesma forma que Apolo, quando viu Dafne com o seu cabelo despenteado sobre os ombros, eles suspiram e dizem: “Como seria se estivesse devidamente ordenado?”. Para além disso, dizem-nos que viram em sonhos uma forma de vida gloriosa e sem conflitos, apropriada para toda a humanidade, e interpretam estes sonhos como a sua justificação para eliminarem a diversidade e ocasiões de conflito que caracterizam a nossa forma de vida actual. Naturalmente, nem todos esses sonhos são exactamente iguais; mas têm em comum o facto de que cada um deles representa uma visão das circunstâncias humanas em que as ocasiões de conflito foram eliminadas, uma visão em que a actividade humana aparece, assim, coordenada e caminhando numa só direcção em que todos os recursos são utilizados na sua totalidade. Entendem estas pessoas que a função do governo é impor, aos seus súbditos, as circunstâncias humanas dos seus sonhos. Governar é transformar um sonho privado numa forma de vida pública e obrigatória. Deste modo, a política passa a ser um encontro de sonhos e, na actividade política, o governo agarra-se a esta interpretação da sua função, recebendo, por isso, os instrumentos que para ela são apropriados.

Não tenciono criticar este salto para um estilo de política gloriosa em que o facto de governar é considerado como um pedido constante de recursos de energia humana, com o objectivo de concentrá-los numa só direcção; isso não é, de todo, ininteligível, e há muito nas circunstâncias humanas que o provoque. Pretendo, simplesmente, assinalar que existe uma interpretação completamente diferente do governo que, não sendo menos inteligível, é talvez mais apropriada às nossas circunstâncias.

A origem desta atitude distinta relativamente ao governo e aos instrumentos do governo – uma atitude conservadora – pode encontrar-se na aceitação da natureza das circunstâncias humanas presentes tal como as descrevi: a propensão para tomar decisões próprias e para sentir alegria em fazê-lo; a variedade de objectivos que são perseguidos com paixão; a diversidade de crenças, cada uma das quais

baseada na convicção da sua própria verdade; o dinamismo, a variabilidade e a ausência de grandes projectos; o excesso, a superactividade e o compromisso informal. A função do governo não reside em impor outras crenças e actividades aos seus súbditos, da mesma forma que não deve protegê-los nem educa-los; nem em fazê-los melhores ou mais felizes de outra forma; nem em comandá-los ou estimulá-los à acção; nem guiá-los nem coordenar as suas actividades de modo a que não se produza nenhuma ocasião de conflito. A função do governo consiste, simplesmente, em governar. Esta é uma actividade específica e limitada, facilmente corruptível quando combinada com outras e, dadas as circunstâncias, indispensável. A imagem do governante deve ser a de um árbitro cuja função consiste em aplicar as regras do jogo, ou a de um moderador que dirige um debate sem participar nele.

As pessoas que partilham desta disposição defendem, habitualmente, a crença de que a postura adequada do governo relativamente à condição actual das circunstâncias humanas deve ser uma atitude de aceitação, através da invocação de certas ideias gerais. Sustentam que existe um valor absoluto no jogo livre da escolha humana; que a propriedade privada (o símbolo da escolha em si) é um direito natural; que apenas no gozo da diversidade de opinião e de actividade se pode esperar que apareça a verdadeira crença e a boa conduta. Porém, não me parece que estas crenças ou outras semelhantes sejam necessárias que tal atitude seja compreensível. Há algo mais pequeno e menos pretensioso que o permite: a conclusão de que esta condição das circunstâncias humanas é, de facto, real e que aprendemos a desfrutá-la e a controlá-la; que não somos crianças *in statu pupillari*, mas adultos que não se consideram obrigados a justificar as suas preferências para tomarem as suas próprias decisões; que está para além da experiência humana a suposição de que quem nos governa está dotado de uma sabedoria superior, sabedoria essa que lhes proporciona um melhor universo de crenças e actividades, e que lhes dá autoridade para imporem aos seus súbditos uma forma de vida totalmente diferente. Resumidamente, se se perguntar a uma pessoa de postura conservadora: “Por que motivo devem os governos aceitar a diversidade de opiniões e actividades que houver em vez de tentarem impor aos seus súbditos uma utopia própria?”, bastar-lhe-á responder: “E porque não?”. Os seus sonhos não são diferentes dos sonhos dos seus pares, e, se é aborrecido ter de ouvir a repetição dos sonhos de todos os outros, seria intolerável sermos forçados a vivê-los. Toleramos monomaníacos, é nosso hábito fazê-lo: mas porque devemos ser governados por eles? Não é por acaso (pergunta o homem de disposição conservadora) uma tarefa inteligível para um governo a de proteger os seus

súbditos contra o incómodo de quem gasta a sua energia e o seu dinheiro em função de um qualquer capricho favorito, tentando impô-lo a toda a gente, não suprimindo essas actividades em favor de outras similares, mas através da imposição de um limite do barulho que cada um pode fazer?

Em todo o caso, se é verdade que esta posição é a origem da atitude conservadora relativamente ao governo, também o é que isto não supõe que o governo não tenha de fazer nada. Para o conservador, há trabalho a efectuar, trabalho esse que só pode ser feito em virtude de uma aceitação genuína das crenças presentes simplesmente porque existem e das actividades vigentes simplesmente porque são levadas a cabo. Em resumo, a função que se atribui ao governo é a da resolução de alguns dos conflitos que são gerados por essa variedade de crenças e actividades; preservar a paz sem impor uma proibição à escolha ou à diversidade implícita do seu exercício; e sem impor uma uniformidade substantiva, a não ser mediante a aplicação de regras gerais de procedimento a todos os súbditos de igual modo.

Então, pelo menos de acordo com os conservadores, o governo não começa com a visão de um mundo alternativo, diferente e melhor, mas com a observação do autogoverno praticado até pelos homens apaixonados na condução dos seus projectos; começa nos ajustes informais nos interesses entre si, a fim de libertar aqueles que podem enfrentar-se num conflito. Por vezes, estes ajustes não são mais que acordos entre duas partes para evitar conflitos; outras vezes são de maior aplicação e de carácter mais duradouro como, por exemplo, as regras internacionais para a prevenção de acidentes no mar. Em síntese, os segredos do bom governo provêm do protocolo, não da religião ou da filosofia; no gozo de um comportamento ordeiro e pacífico, não na busca da verdade ou da perfeição.

Mas o autogoverno dos homens de crenças e iniciativas apaixonadas pode quebrar-se precisamente quando é mais necessário. Às vezes é eficaz para resolver conflitos de interesse secundário, mas para além destes casos, não se pode contar com ele. Necessita-se de um ritual mais preciso e menos maneável para resolver os conflitos maciços que podem ser provados pelas nossas formas de vida, e para nos libertarmos das enormes frustrações de que podemos sofrer. O guardião deste ritual será o governo, e as regras que o impõem serão “a Lei”. Podemos imaginar um governo que desempenhe a função de árbitro nos casos de conflitos de interesses, ainda que actue sem a ajuda de leis; assim como podemos imaginar um jogo sem regras e um árbitro a quem se recorre em caso de disputa, e que em cada ocasião usa, simplesmente, os seus próprios critérios para encontrar uma forma *ad hoc* de libertar as partes em conflito da sua frustração mútua. Porém, a

deseconomia desta solução é tão óbvia que apenas poderia esperar-se daqueles que crêem que o governante possui uma inspiração sobrenatural e lhe atribuem uma função totalmente diferente, a de líder, tutor ou administrador. Em todo o caso, a atitude conservadora relativamente ao governo baseia-se na crença de que quando o governo tem na aceitação das actividades e crenças dos seus súbditos o seu principal fundamento, a única forma adequada de governar é ditando e aplicando regras de conduta. Em resumo, ser conservador relativamente ao governo é um reflexo do conservadorismo que reconhecemos como sendo apropriado para as regras de conduta que guiam as nossas vidas.

Assim, governar é, para o conservador, fornecer um *vinculum juris* às formas de conduta que, devido às circunstâncias, têm menos hipóteses de provocar um frustrante conflito de interesses; é proporcionar um remédio e meios de compensação a quem é vítima do comportamento adverso de outros; é, por vezes, impor um castigo àqueles que perseguem os seus próprios interesses sem considerarem as regras; e, logicamente, é também proporcionar a força suficiente para manter a autoridade de um árbitro deste tipo. Governar é, pois, algo reconhecido como uma actividade limitada e específica; consiste não na administração de uma empresa, mas no exercício de poder de quem está comprometido com uma grande diversidade de projectos escolhidos de forma livre e autónoma. Não tem a ver com pessoas concretas mas sim com actividades concretas, e com actividades apenas se forem propensas a colidir umas com as outras. Governar não tem a ver com o bem ou com o mal moral, e o seu objectivo não é fazer homens bons ou melhores; não vai buscar justificação à “perversão natural da humanidade”, é algo necessário apenas devido à tendência que há para se ser extravagante; a sua função [do governo] consiste em manter os seus súbditos em paz uns com os outros nas actividades em que escolheram procurar a felicidade. E, se há uma ideia geral que este ponto de vista implica, é, talvez, a ideia de que um governo que não conserva a lealdade dos seus súbditos carece de valor; e que um governo que (como diz a antiga frase puritana) “governa em favor da verdade”, será incapaz de o conseguir (devido ao simples facto de alguns dos seus súbditos acharem que a “verdade” é um erro); um governo que seja indiferente à “verdade” e ao “erro”, e se limite a perseguir a paz, não oferecerá qualquer obstáculo à necessária lealdade.

Agora, é, obviamente, compreensível que aqueles que pensam desta forma relativamente ao governo se oponham à inovação; governar é facultar regras de conduta, e a familiaridade é uma virtude da maior importância numa regra. No entanto, essas pessoas também têm outras ideias. Na actual condição das

circunstâncias humanas, surgem constantemente novas actividades (devido, por vezes, a novas invenções) que se estendem com grande rapidez, e as crenças são continuamente modificadas ou postas de lado; e, para as regras, é tão prejudicial serem inadequadas às presentes actividades como não serem familiares. Por exemplo, devido à grande quantidade de invenções e consideráveis mudanças na condução dos negócios, a lei sobre direitos de autor actualmente vigente parece já não ser adequada. E faz sentido pensar que nem os jornais, nem os automóveis, nem os aviões receberam já um reconhecimento adequado na lei de Inglaterra; todos criaram problemas que deveriam ser diminuídos. Assim, em finais do século passado, os nossos governos realizaram uma extensa codificação das partes mais importantes da nossa Lei e, desse modo, fizeram-na estar mais próxima das crenças e actividades existentes, isentando-a dos pequenos ajustes às circunstâncias que são características do funcionamento da nossa lei comum. Mas muitos desses Estatutos estão agora completamente obsoletos. E há antigos Decretos do Parlamento (tal como o *Mercant Shipping Act*), que, apesar de regerem uma actividade da maior importância, já não são apropriados para as circunstâncias actuais. A inovação é, então, necessária se se quiser que as regras continuem a ser adequadas às actividades que regem. Todavia, pelo menos de acordo com o conservador, a modificação de regras deveria sempre reflectir, e nunca impor, uma mudança nas actividades e crenças de quem está submetido a elas, e em nenhum caso destruir o conjunto. Por conseguinte, o conservador nada terá a ver com as inovações que se destinem, meramente, a satisfazer situações hipotéticas; optará por empregar a regra que tem a inventar uma nova; achará conveniente atrasar a modificação de regras até que seja claro que a alteração de circunstâncias que a justifica veio para ficar. Suspeitará de propostas de mudança que vão além do que a situação exige; dos governantes que peçam poderes extraordinários para a consecução de grandes modificações e cujas palavras estejam relacionadas com banalidades como “o bem público” ou a “justiça social”; e dos Salvadores da Sociedade que abracem a armadura e procurem dragões para matar; achará pertinente considerar com cuidado a oportunidade de uma inovação. Em resumo, tenderá a ver a política não como uma oportunidade para um reequipamento constante da caixa de ferramentas, mas como uma actividade em que há um valioso conjunto de utensílios que se renova de vez em quando e que se mantém sempre em bom estado.

Tudo o que foi dito deve ajudar a compreender a postura conservadora relativamente ao governo. Poderíamos entrar em maiores pormenores para mostrar, por exemplo, de que forma é que uma pessoa de tal atitude interpreta

outra importante tarefa do governo, como a condução da política externa; para mostrar porque é que um conservador dá tanta importância ao complicado conjunto de disposições a que chamamos “a instituição da propriedade privada”; a pertinência da sua oposição à opinião de que a política é uma sombra delineada pela economia; para mostrar porque acredita que a principal (e talvez a única) actividade especificamente económica de um governo deve ser a manutenção de uma moeda estável. Mas, nesta ocasião, parece-me que há mais qualquer coisa que deve ser dita.

Para algumas pessoas, o “governo” é uma grande fonte de poder que os faz sonhar com a forma como poderia ser usado. Têm projectos predilectos, de várias dimensões, que acham ser benéficos para toda a humanidade, e consideram que capturar esta fonte de poder, aumentando-a se necessário, assim como usá-la para impor os seus projectos favoritos aos seus pares constitui a aventura de governar os homens. Deste modo, tendem a considerar o governo como um instrumento da paixão: a arte da política consiste em estimular e dirigir o desejo. Em resumo, a governação é, então, vista como qualquer outra actividade – a compra e venda de sabão, a exploração dos recursos de uma localidade ou a construção de um bloco de apartamentos, terá êxito apenas se aqui o poder já estiver mobilizado (na sua maior parte), e o projecto só é notável porque tem o monopólio como objectivo último e devido à sua expectativa de êxito, uma vez conquistada a fonte de poder. Claro que um “empresário privado” da política deste tipo não chegaria, nos nossos dias, a lado nenhum se não houvesse pessoas com vontades tão vagas que podem ser impelidas a pedir a alguém aquilo que ele pode oferecer, ou com ambições tão servis que podem justificar que alguém prefira promessas de uma abundância concedida à oportunidade de escolha e actividade por conta própria. Mas isto não é tão simples como possa parecer: um político deste tipo interpreta frequentemente mal a situação, e, então, por um breve período de tempo, até na política democrática, acabamos por dar-nos conta do que o camelo pensa de quem o monta.

Agora, a atitude conservadora relativamente à política reflecte uma opinião completamente diferente da actividade de governar. O conservador entende que a função do governo não consiste em alimentar paixões e dar-lhe novos objectivos com que possam alimentar-se, mas sim em introduzir um ingrediente de moderação nas actividades de pessoas demasiado apaixonadas; limitar, desencorajar, pacificar e reconciliar; não atizar o fogo do desejo, mas sufocá-lo. E tudo isto não porque a paixão seja um vício e a moderação uma virtude, mas

porque a moderação é indispensável se se quiser evitar que homens apaixonados sejam aprisionados por conflitos que os frustrem mutuamente.

Um governo deste tipo não deve ser visto como o agente de uma qualquer providência benigna, como o guardião de uma lei moral ou como o símbolo de uma ordem divina. O que o proporciona é algo que os seus súbditos (no caso de serem pessoas como nós) podem, facilmente, considerar como valioso; com efeito, é algo que, em certa medida, eles fazem por si mesmos no seguimento normal dos seus trabalhos e prazeres. Praticamente não precisam que ninguém os relembre da sua indispensabilidade, como nos diz Sextus Empiricus relativamente aos antigos Persas, que só recordavam isto pondo de parte a Lei durante cinco horríveis dias. No geral, não se opõem a pagar o modesto custo deste serviço e reconhecem que a atitude apropriada relativamente a um governo deste tipo é a lealdade (uma lealdade confiada, por vezes, e, noutras, a lealdade ardente de Sidney Godolphin), o respeito e uma certa suspeita; não o amor, a devoção e o afecto. Assim sendo, a governação é considerada uma actividade secundária: mas também é reconhecida como uma actividade específica, dificilmente combinável com outra devido ao facto de que todas as outras actividades (com a excepção da mera contemplação) implicam a escolha de lados e o abandono da indiferença inerente não apenas ao juiz mas também ao legislador, cargo que se considera ser também de natureza judicial. Os súbditos de um governo deste tipo exigem que este seja mais forte, esteja alerta, seja resoluto, económico, e não caprichoso nem demasiado activo. E desprezam um árbitro que não dirige o jogo de acordo com as regras, que toma partidos, que faz o seu próprio jogo ou que está sempre a impor a ordem, a sua ordem; afinal, o jogo é o que interessa, e quando jogamos um jogo não somos – nem estamos dispostos a ser – conservadores.

Mas, relativamente a este estilo de governo, há que referir mais que a limitação imposta por regras familiares e apropriadas. Não é, naturalmente, tolerável que se governe por sugestão ou adulação, nem por nenhum outro método que não a Lei; nem através de um Ministro da Administração Interna paternalista ou de um Ministro das Finanças ameaçador. Mas podemos esperar que a sua indiferença relativamente às crenças e às actividades substantivas dos súbditos estimule o hábito da restrição. É nos nossos compromissos, no apaixonado choque de crenças, no nosso entusiasmo em salvar as almas dos nossos vizinhos ou de toda a humanidade, que um governo desta natureza injecta um ingrediente, não de razão (porque esperaríamos que assim não fosse?), mas da ironia de quando tentamos combater um vício com outro; da brincadeira que reduz a tensão; da inércia e do cepticismo. Com efeito, poderíamos dizer que mantemos um governo deste tipo

para que nos proporcione um elemento de cepticismo para cuja busca não temos nem o tempo nem a motivação. É como a aragem fria da montanha que se faz sentir na planície mesmo no mais quente dia de verão. Ou, para ir além das metáforas, é como o controlador que, harmonizando a velocidade a que se mexe a máquina, evite que ela se parta em pedaços.

Não é, então, por mero preconceito estúpido que um conservador tem tal opinião sobre a actividade de governar; nem é necessária nenhuma crença metafísica de grande ressonância para a fazer inteligível. Ser conservador tem que ver simplesmente com a observação de que quando a actividade se inclina para o empreendimento, o contrapeso necessário é outra classe de actividade inclinada à limitação, que, inevitavelmente se corrompe (de facto, anula-se completamente) quando o poder assignado a ela é utilizado para impulsionar os projectos predilectos de alguém. **Um árbitro que é ao mesmo tempo um dos jogadores não é um árbitro; as regras acerca das quais não somos conservadores não são regras, mas incitamentos à desordem; a união entre sonhos e governo gera tirania.**

O conservadorismo político não é, assim, totalmente incompreensível para um povo de inclinação aventureira e empreendedora, para um povo que gosta da mudança e que tende a racionalizar as suas preferências com ideias de “progresso”. E não precisamos de pensar que a crença no progresso é a mais cruel e inútil de todas as crenças; e que provoca cobiça se não a satisfizermos, para pensar que parece desadequado que um governo seja notoriamente “progressista”. De facto, uma atitude conservadora relativamente ao governo pareceria ser preeminentemente apropriada para quem tem algo a fazer ou algo a pensar por conta própria; que tem uma habilidade a exercitar, uma fortuna intelectual a expandir; para pessoas cujas paixões não precisem de ser estimuladas, cujos desejos não necessitem de ser provocados e cujos sonhos de um mundo melhor não precisem de ser impulsionados. Essas pessoas conhecem o valor de uma regra que imponha o sentido da ordem sem dirigir a iniciativa, uma regra que concentre o dever e deixe espaço para o gozo. Poderiam, inclusivamente, estar preparadas para tolerar uma ordem eclesiástica legalmente estabelecida, não por acreditarem que ela seja guardiã de uma verdade religiosa inexpugnável, mas, simplesmente, porque isso limitaria a indecente competição entre seitas e (como dizia Hume) “moderaria a praga de um clero demasiado diligente”.

Agora, estas crenças podem, ou não, ser razoáveis e apropriadas para as nossas circunstâncias e para as habilidades que podemos encontrar naqueles que nos

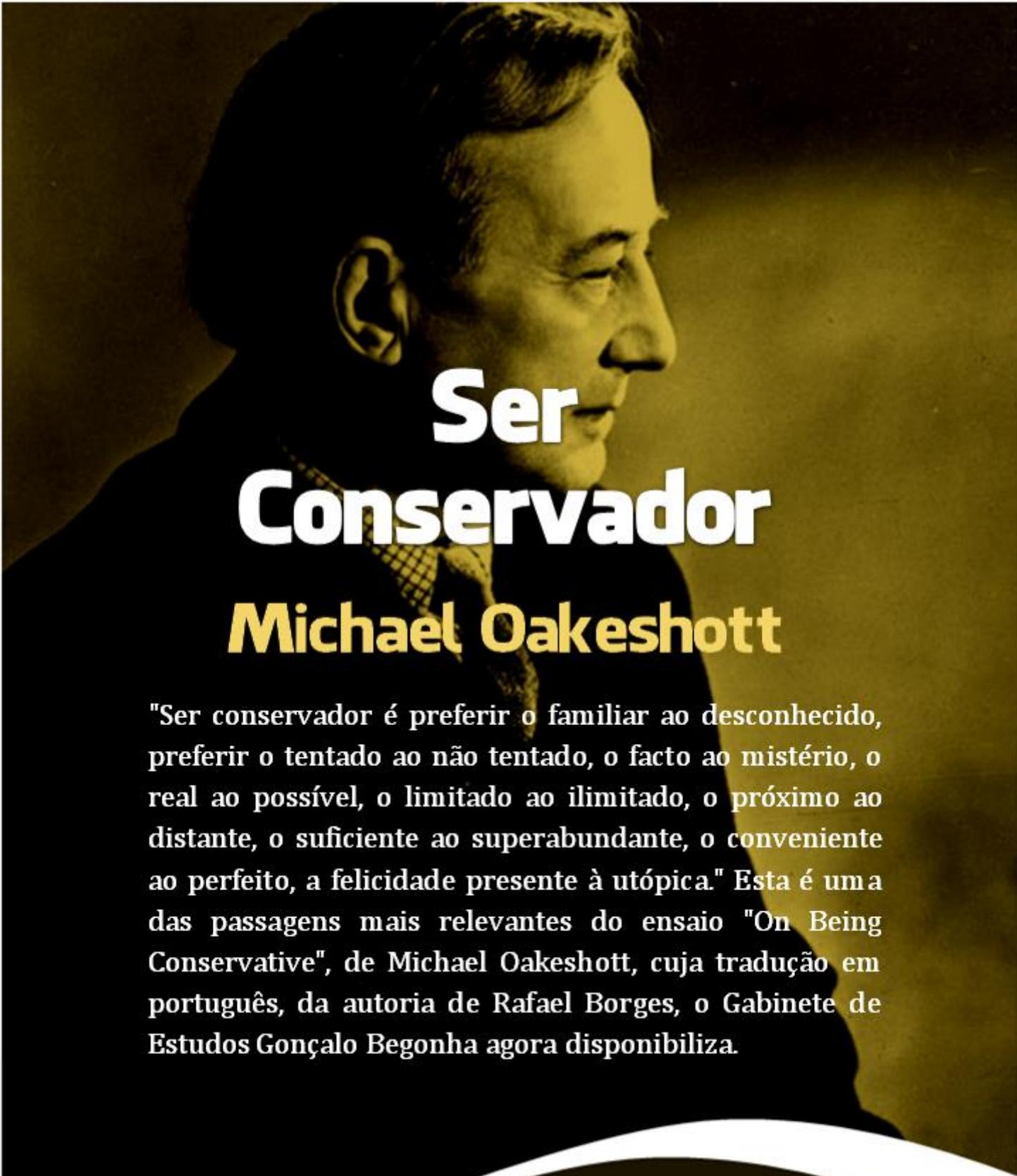
governam, mas acho que são elas e os seus semelhantes que fazem com que a postura conservadora relativamente à política seja compreensível. Não nos interessa saber se tal atitude seria conveniente noutras circunstâncias, nem se ser conservador relativamente ao governo seria igualmente conveniente nas circunstâncias de um povo abatido, pesaroso ou sem iniciativa: interessa-nos apenas o que tem que ver conosco e como somos. Creio, pessoalmente, que isto [a disposição conservadora] seria da maior importância em qualquer conjunto de circunstâncias. Em todo o caso, espero ter deixado claro que não é de todo contraditório ser-se conservador relativamente ao governo e radical relativamente a todas as outras actividades. E, na minha opinião, é possível aprender mais sobre esta atitude em Montaigne, Pascal, Hobbes e Hume que em Burke ou Bentham.

Das muitas implicações que poderiam ser aqui mencionadas, referirei uma que, julgo, é mais relevante: que a política é uma actividade desadequada para os jovens, não devido aos seus vícios mas sim devido ao que eu considero serem as suas virtudes.

Ninguém afirma que seja fácil adquirir ou manter a disposição de indiferença que requer esta modalidade política. Poder dominar as nossas próprias crenças e desejos, reconhecer a verdadeira forma dos objectos, sentir na mão o ponto de equilíbrio das coisas, tolerar aquilo que é intolerável, distinguir crime de pecado, respeitar a formalidade mesmo quando parece conduzir ao erro, são coisas difíceis de conseguir; e não são coisas que devam ser procuradas nos jovens.

Os tempos de juventude de toda a gente são um sonho, uma loucura deliciosa, um doce solipsismo. Nesse tempo, nada tem uma forma fixa, um preço fixo; tudo é possível e vive-se numa felicidade a crédito. Não há obrigações a respeitar, não há contas a fazer. Nada há que se especifique de antemão; cada coisa é o que se pode fazer dela. O mundo é um espelho em que procuramos o reflexo dos nossos próprios desejos. A tentação das emoções violentas é irresistível. Quando somos jovens, não estamos dispostos a fazer concessões ao mundo; nunca sentimos o contrapeso de algo nas nossas mãos - a menos que seja um bastão de críquete. Não sabemos distinguir aquilo de que gostamos de aquilo que valorizamos verdadeiramente; a urgência é a nossa escala de valores; e é-nos difícil compreender que o aborrecido não é necessariamente desprezível. Não toleramos a restrição; e acreditamos facilmente, como Shelley, que contrair um hábito corresponde a fracassar. Na minha opinião, estas são algumas virtudes que temos quando somos jovens; mas estão longe de serem passíveis de constituir uma atitude adequada para participar no tipo de governo que descrevi. Dado que a vida

é um sonho, argumentamos (com lógica plausível mas errada) que a política deve ser um encontro de sonhos, uma luta em que procuramos impor o nosso. Há pessoas com pouca sorte como Pitt (ironicamente chamado “O Jovem”) que, por nascerem já velhas, estão aptos para a participar na política praticamente desde o berço; outros, talvez mais afortunados, contradizem o ditado de que só se é jovem uma vez, porque nunca crescem. Mas estas são excepções. Para a maioria de nós, existe aquilo a que Conrad chamava de “linha de sombras”: quando a passamos, descobre-se um mundo sólido de coisas, cada uma com uma forma fixa, cada uma com o seu próprio ponto de equilíbrio, cada uma com o seu preço; um mundo de factos, não uma imagem poética, um mundo em que o que é gasto numa coisa não pode ser gasto noutra; um mundo habitado por outros para além de nós mesmos, por outros que não podem ser reduzidos a simples reflexos das nossas próprias emoções. Fazer deste mundo comum a nossa casa qualifica-nos (como nenhum conhecimento em “ciência política” pode fazer) para participar – se possuímos inclinação para tal e não tivermos nada melhor em que pensar – para aquilo a que a pessoa de atitude conservadora entente que é a actividade política.



# Ser Conservador

**Michael Oakeshott**

"Ser conservador é preferir o familiar ao desconhecido, preferir o tentado ao não tentado, o facto ao mistério, o real ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito, a felicidade presente à utópica." Esta é uma das passagens mais relevantes do ensaio "On Being Conservative", de Michael Oakeshott, cuja tradução em português, da autoria de Rafael Borges, o Gabinete de Estudos Gonçalo Begonha agora disponibiliza.

Gabinete  
de Estudos  
**Gonçalo  
Begonha**